

CAPÍTULO 13

OS DITAMES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DURANTE A ERA VARGAS (1930-1945)

Joyce Brenna da Silva Lima Rodrigues
Alzenir Souza da Silva
Olivia Moraes de Medeiros Neta

RESUMO

O presente artigo se insere no campo da História da Educação Profissional e tem o objetivo de apresentar notas prévias de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN) e busca resolver a seguinte problemática: “Como se configurou o projeto político da Era Vargas e a estruturação da Educação básica e profissional no Brasil?”. A metodologia consiste a partir de uma análise documental, conforme Aróstegui (2006), de textos indexados e estudados na disciplina de História da Educação Profissional, associados a uma triagem de outros autores coletados na plataforma de buscas do Google. Neste estudo, serão abordados o contexto histórico e político da época, além das principais mudanças realizadas na estrutura educacional, pretendendo responder a problemática. Este trabalho aponta que o plano de governo do Presidente Getúlio Vargas, tanto no Governo Provisório (1930-1934), com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) e a Reforma Francisco Campos, quanto no Estado Novo (1937-1945), com a Reforma Capanema, tinha o propósito de difundir modelos de gerenciamento do trabalho oriundos dos métodos internacionais do taylorismo para a estruturação desse campo no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Era Vargas. Estruturação da Educação Brasileira. Educação Profissional.

1. INTRODUÇÃO

O arranjo político da Primeira República, que se estendeu de 1889 a 1930, período inicial do republicanismo no Brasil, apesar do discurso de modernidade, reuniu algumas práticas como a troca de favores, em que uma das características consistia no revezamento entre paulistas e mineiros na presidência da república. Isto é, essas províncias produtoras de café se alternavam na indicação de candidatos à presidência da república, utilizando, ainda, do voto de cabresto como principal mediação para um assenhoramento conhecido como “política do café com leite”.

Na eleição presidencial de 1930, Washington Luís, paulista e governante do país, ao contrário do que era esperado, quebrou esse acordo ao demonstrar apoio à candidatura de Júlio Prestes, o presidente da província de São Paulo, deixando de indicar o mineiro Antônio Carlos, o chefe da província de Minas Gerais, como candidato do governo para as eleições. Essa situação ocasionou no fim da política de revezamento, uma vez que os mineiros romperam com os paulistas e migraram para a oposição, decidindo apoiar Getúlio Dornelles Vargas, que na circunstância era presidente da província do Rio Grande do Sul.

Perante um contexto de inúmeras acusações de fraudes durante as campanhas políticas, tanto de um lado quanto do outro, em março de 1930, Júlio Prestes com 1,1 milhão de votos derrotou Vargas nas urnas com apenas 700 mil votos (MEDEIROS, 2020). As frequentes denúncias de fraude e “o assassinato de João Pessoa, presidente da província da Paraíba e candidato a vice na chapa derrotada nas eleições de março, por um opositor político local, aflorou os ânimos populares. O apoio ao golpe era crescente” (MEDEIROS, 2020, p. 836). O assassinato de João Pessoa foi associado à perseguição política do governo federal e reavivou os ânimos da oposição.

Além disso, a sociedade brasileira passava também por uma crise na exportação de café, seu principal meio econômico, como reflexo do período de maior crise econômica nos Estados Unidos da América, mais conhecida como a Grande Depressão, e que naquele contexto estava influenciando negativamente a sustentação da economia brasileira.

Por toda a década de 1920, a produção brasileira atingiu 167,3 milhões de sacas, tendo sido exportado o total de 137,7 milhões (82,3%) e retida uma sobra de 29,6 milhões. Os países concorrentes, cuja participação no mercado externo era inexpressiva no início do século, exportaram mais de 8 milhões de sacas na safra de 1927-1928 e mais de 13 milhões na última safra do decênio. A queda da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929 teve como um de seus reflexos econômicos a queda dos preços do café, em plena campanha política para a sucessão do presidente Washington Luís (CPDOC, 2018, p. 4).

Como resposta a essa circunstância, o Brasil, que tinha no café o seu principal recurso de exportação, passou pelo processo de êxodo rural, em que milhares de famílias saíram dos grandes cafezais para as capitais das províncias à procura de trabalho, abrigo e comida.

Essas dificuldades da política cafeeira coincidiram com a depressão econômica mundial iniciada em outubro de 1929. A simultaneidade de três fatores – safra volumosa, indecisão governamental e depressão econômica – teve como consequência pressão baixista inusitada, fazendo com que o preço do café, que era de 22,54 centavos de dólar por libra-peso em setembro de 1929, caísse para 14 centavos no começo de 1930. Os preços internos também caíram aproximadamente 40%, provocando uma redução do salário da mão de obra agrícola (CPDOC, 2018, p. 5-6).

Com esta demanda social, se instaura uma grande crise na economia brasileira e a credibilidade na cultura do café como principal recurso de exportação foi perdendo forças, iniciando um processo de interesses, principalmente da burguesia brasileira, por ideias que vinham de fora do Brasil. É nesse cenário saturado de entraves que Vargas, presidente da província do Rio Grande do Sul, um estadista considerado popular e diplomático, encontra forças e apoio para ir adiante com o golpe de estado que usurpou Washington Luís da presidência da república.

O candidato opositor às eleições presidenciais era o presidente do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas, que, como ex-ministro da Fazenda de Washington Luís, não podia

ser considerado neófito em matéria cafeeira. Embora os interesses ligados à cafeeira constituíssem a espinha dorsal da estrutura de poder que se opunha a Vargas, este soube utilizar com habilidade a crise cafeeira e conseguir o apoio político dos cafeicultores de São Paulo para a coalizão que chefiava (CPDOC, 2018, p. 6).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral resolver a seguinte problemática: “Como se configurou o projeto político da Era Vargas e a estruturação da Educação básica e profissional no Brasil?”, caracterizando o plano de governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e suas ações para a estruturação da educação básica e profissional no Brasil. O período que abrange a década de 1930 corresponde a um recorte histórico do período de crise econômica no interior e no exterior do Brasil, bem como na disputa pela presidência do país.

Além disso, nesse período, com a tomada da presidência da república por Vargas no governo provisório, se dá a introdução de indústrias estrangeiras em terras brasileiras, reforçando ainda mais a disseminação da mentalidade gerencial das profissões. Nesse sentido, percebe-se ser esse o momento decisivo para a instalação de organizações fabris de grande porte no Brasil e, conseqüentemente, para o surgimento da necessidade de um modelo educacional formativo voltado à racionalização das práticas gerenciais e, principalmente, na formação da classe trabalhadora.

Diante disso, este estudo está inserido no campo da história da educação profissional na compreensão de Ciavatta (2019), na perspectiva de análise documental de Aróstegui (2006), bem como nas contribuições de teóricos como Amorim (2013), Batista (2013; 2015) e Medeiros (2020), entre outros, que trazem reflexões decorrentes de pesquisas baseadas em sólidos estudos documentais realizados anteriormente sobre o projeto político da Era Vargas e a organização da Educação básica e profissional no Brasil, o que possibilita expandir o conhecimento e contribui para a tessitura deste trabalho.

Este trabalho tem, ainda, o objetivo de apresentar notas prévias de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, cujas discussões comporão uma dissertação de mestrado intitulada “Novo Trabalhador?! Concepções de formação profissional que norteavam o IDORT (1931-1942)”, de modo a contribuir para o enriquecimento do debate em torno da Educação Profissional.

Para tanto, é preciso levar em consideração que um artigo não possibilita a apreciação do conjunto da produção da historiografia, assim, a seleção dos autores foi necessária com o intuito de ampliar o debate acadêmico. Nessa compreensão, foram examinadas a escrita partilhada entre as fontes de contextualização do governo de Getúlio Vargas e as impressões

encontradas nos referenciais disponibilizados durante o curso de formação do mestrado a fim de revelar indícios sobre os planos e o caráter do governo de Vargas na educação brasileira a partir da década de 1930.

Nesse sentido, pretendeu-se desvendar a seguinte problemática: Como se configuraram o projeto político da Era Vargas e a estruturação da Educação básica e profissional no Brasil? A partir desse questionamento, esta pesquisa procura expor o cenário político brasileiro na ascensão da Era Vargas e seu plano de ação na organização do ensino brasileiro fundamentado nas práticas de formação industrialista.

Considerando os dados coletados, este texto se estrutura em duas partes: a primeira parte trata da trajetória de Getúlio Vargas até chegar à presidência do Brasil e a segunda parte aborda o percurso histórico e político no que tange ao plano educacional na Era Vargas a partir de duas grandes reformas no campo da educação básica e profissional.

Nesse sentido, como mencionado, ao serem combinados os apontamentos dos autores que retratam a Era Vargas e a estruturação da Educação básica e profissional no Brasil que serviram para corroborar com o aporte teórico, em conjunto com as oportunidades trazidas a partir de pesquisa de análise documental, foram alcançados a compreensão das intencionalidades político-educativo recorrentes nesse período e o conhecimento sobre a problemática levantada e os objetivos desta pesquisa.

2. GETÚLIO VARGAS NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Começou a crescer um movimento que pretendia derrubar o governo de Washington Luís. A conjunção do movimento constitucionalista de 1930 trouxe uma movimentação por parte dos apoiadores de Vargas, uma vez que civis e militares se uniram em torno dessa causa e, em outubro de 1930, começaram a marchar do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro para dar um fechamento à organização da Primeira República.

Um comboio ferroviário partiu do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro com apoiadores de Vargas. Em cada cidade que o comboio passava, Vargas era aclamado pela população, que entoava gritos de apoio. No Rio de Janeiro, as tropas federais do presidente Washington Luís já haviam sido subjugadas e Getúlio tomou posse em um “governo provisório” a partir de novembro de 1930 (MEDEIROS, 2020, p. 836).

Nessa condição, logo após a deposição de Washington Luís, uma junta militar foi formada para iniciar o Governo Provisório. A Constituição de 1891 foi anulada, o Congresso, fechado e os presidentes de estado foram depostos. Vargas desembarcou no Rio de Janeiro poucos dias depois da vitória do movimento e assumiu a chefia do Governo Provisório (1930-

1934), governando por meio de decretos-leis. Aclamado popularmente, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil a partir de um golpe de Estado e de baixo de uma política autoritária e centralizadora. Para isso, logo de início,

[...] depôs os presidentes das províncias (com exceção do presidente de Minas Gerais), dissolveu o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais, e aposentou compulsoriamente os ministros da Suprema Corte, sob o pretexto de convocar uma nova assembleia constituinte (MEDEIROS, 2020, p. 836).

Durante o Governo Provisório, Vargas investiu na industrialização do país ao criar políticas de incentivo à indústria de base. Além disso, já vislumbrando as mudanças sociais oriundas dessa política econômica, Vargas se aproximou do trabalhador urbano. Os sindicatos perderam força ao serem incorporados ao Estado brasileiro. O presidente criou as leis trabalhistas, que garantiram direitos aos trabalhadores como férias, descanso remunerado e outros benefícios. Também foi criado o Ministério do Trabalho para atender as demandas da classe trabalhadora.

Figura 1: Getúlio Vargas assumindo a presidência do Brasil.



Fonte: Site e-biografia (2020).

Getúlio Vargas ficou no governo até 1945, sendo o político brasileiro a ficar por mais tempo como presidente da república: 15 anos consecutivos. Vale salientar que, no poder, tratou de governar o país de forma centralizada, tendo como projeto de sociedade tornar o Brasil um país desenvolvido e de porte industrial, se espelhando nas principais características da modernidade nos países europeus.

A Era Vargas modernizou as estruturas políticas, sociais e econômicas brasileiras, a partir da inserção de demandas populares na construção de políticas públicas e de direitos trabalhistas, e com o desenvolvimentismo, que buscava transformar o Brasil, até então um país agrário-exportador, em um país urbano e industrial (MEDEIROS, 2020, p. 836).

O governo esteve fundamentado pelo propósito de reorganização da sociedade defendida pelos industriais nos países ditos de primeiro mundo. Para estes, a população das

camadas populares precisava ser submetida a um adestramento à subserviência das máquinas a fim de descartar a possibilidade de qualquer variante e, ainda, reprimindo qualquer fator humano que comprometesse a eficiência do trabalho.

Nesse sentido, pode-se facultar que o projeto de homem sustentado pela Era Vargas esteve entrelaçado ao momento de grande expansão das indústrias no Brasil com o propósito de investimento na formação da classe trabalhadora, para logo conceder o restabelecimento da nação. “O ideário nacionalista adotado pelo governo Vargas estava associado ao ideário desenvolvimentista, de ‘emancipação econômica’, onde o objetivo seria levar o Brasil ao grupo das potências mundiais como um país industrializado” (MEDEIROS, 2020, p. 848).

Assim, as teses, as ideias e os projetos que circundavam a política de Vargas, dentro de uma conjuntura de crise social e política externa e interna, se justificavam em uma transformação integral das condições da sociedade a partir do ideário desenvolvimentista e das ideias estrangeiras sobre a educação.

Vargas sabia que um dos principais problemas sociais no Brasil estava no elevado índice de analfabetismo, que se justificava pelo cenário anterior na organização da educação brasileira, acentuado pela pouca oferta da educação básica para a grande massa, que estava limitada dentro das fazendas produtoras de café. Por esse motivo, no mesmo ano de sua posse, em 1930, Vargas instituiu o Ministério de Educação e Saúde (MES) para a estruturação da educação de um modo geral.

3. REGULAMENTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Desde que se apoderou da presidência do país, Getúlio Vargas já tinha nítido seu projeto de Educação, tanto que no mesmo ano fomentou o Ministério da Educação e Saúde (MES), representado pelo Ministro Francisco Campos de 1930 a 1933. A criação do Ministério tinha a intenção de criar trabalhadores para a indústria. Em 1931, durante o governo provisório de Vargas, Francisco Campos “publicou uma série de decretos conhecidos como Reforma Francisco Campos, considerada a primeira reforma estrutural na educação brasileira” (MEDEIROS, 2020, p. 840). Nesse conjunto de deliberações,

Como característica da centralização com a qual o governo agora passava a encarar a estrutura educacional brasileira, os conteúdos e as orientações metodológicas para o trabalho pedagógico agora eram elaborados pelo Ministério da Educação (antes, essas eram atribuições dos professores de instituições superiores com aprovação dos professores do Colégio Pedro II e demais instituições de ensino secundário). Colégios locais agora não tinham mais a liberdade de elaborar programas próprios, uniformizando o ensino em território brasileiro, com maior controle do governo federal (MEDEIROS, 2020, p. 846).

A profissionalização dos trabalhadores era oferecida (de forma insuficiente) nos liceus e escolas de ofícios, distanciando-se dos propósitos das indústrias. Nesse sentido, o interesse tanto de empresários quanto do governo com a educação de jovens trabalhadores se tornou cada vez mais presente no início do século XX no Brasil. Isto é, havia uma preocupação com a formação de um trabalhador nacional para o controle social. Além do mais, parte da população brasileira vivia em zona rural e era analfabeta, sem ter acesso à zona urbana ou sequer à educação primária, deixando claro que a estrutura e o currículo secundários haviam sido elaborados para uma camada social privilegiada. “O projeto não era construir um novo método e técnicas de produção que beneficiariam a todos, mas sim capacitar os trabalhadores para produzirem mais, gerar mais lucro e, conseqüentemente, aumentar a produção por meio da mais-valia” (BATISTA, 2015, p. 36).

Nesse sentido, as principais mudanças empreendidas pela nova legislação ocorreram no ensino secundário. A Reforma Francisco Campos deu origem ao ensino secundário, implantando o currículo seriado e enciclopédico. Por isso, na Reforma Francisco Campos, os demais ramos do ensino médio profissional, fora o comercial, ficaram marginalizados, pois esta reforma enfatizou apenas a organização do sistema educacional das elites.

As principais mudanças empreendidas pela nova legislação ocorreram no ensino secundário, que compreendia os jovens entre 12 e 18 anos, e que foi ampliado para 7 anos de duração. Nessa configuração, os primeiros cinco anos englobavam um currículo comum. Já os dois últimos, eram direcionados para áreas de interesses: pré-jurídica, pré-médica e pré-politécnica. O ensino secundário era voltado para as classes média e alta, objetivando principalmente a inserção nos cursos superiores, criando uma elite intelectual, um corpo técnico-burocrático para formação de quadros dirigentes (MEDEIROS, 2020, p. 840-841).

Conforme Romanelli (2006, p. 142), “a reforma de Francisco Campos perdeu a oportunidade de investir no ensino industrial num contexto em que o país se desenvolvia para isso”. E ao contrário do esperado, foi no efervescer do movimento da Escola Nova (progressista), através da Constituição de 1937, que é oficializado o ensino profissional destinado aos pobres.

A maneira como o ensino secundário foi estruturado no Estado brasileiro carregava um cunho claramente dualista. O currículo era extremamente vasto, considerado enciclopédico, e exames rigorosos eram administrados durante todo o ano letivo, sendo avaliada a educação secundária no Brasil como “elitista”, pois uma parte considerável da sociedade brasileira não tinha formação para trabalhar na crescente indústria do país. Enquanto o ensino secundário era voltado para uma minoria, sendo esta praticamente a única modalidade de ensino que permitia

o ingresso em cursos superiores, o ensino técnico comercial era direcionado para as classes mais baixas.

Apesar de ser lembrada como uma reforma elitista, inegavelmente as mudanças promovidas por Francisco Campos modernizaram a educação brasileira, como a obrigatoriedade da presença em no mínimo três quartos das aulas. O aluno que não estivesse presente durante três quartos do ano letivo, não poderia prestar os exames finais. Antes, durante o Império e a Primeira República, o estudante poderia solicitar a realização dos exames finais sem ter participado das aulas. Essa medida permanece até os dias de hoje. Além do mais, a Reforma Francisco Campos promoveu a homogeneização da cultura escolar no ensino secundário brasileiro de forma inédita, estabelecendo procedimentos administrativos e didático-pedagógicos para todos os estabelecimentos educacionais do país, nas palavras de Dallabrida (2009), onde a estrutura educacional passou a ser regulamentada e controlada pelo governo federal, com o estabelecimento de currículos nacionais comuns (MEDEIROS, 2020, p. 841-842).

Para tanto, é preciso considerar que todo o processo descrito seria responsável pela formação da personalidade do futuro trabalhador. Somente com a instrução adequada o indivíduo estaria preparado para desempenhar um papel decisivo na industrialização para o progresso do país.

3.1 A Reforma Capanema (1942-1946): Aprovação da lei orgânica para o ensino industrial – organização da Educação Profissional

Com o advento do período do Estado Novo (1937-1945)¹⁰, acontece outra reformulação na educação, o ministro da Educação é substituído por Gustavo Capanema, autor da segunda mudança na educação da Era Vargas, conhecida como a Reforma Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino, em que o governo passa a se engajar na profissionalização em nível técnico. Nesse momento, o governo recorre à institucionalização de agências profissionalizantes, em paralelo ao sistema oficial, a fim de preparar a mão de obra para esses serviços.

O político Gustavo Capanema, que havia deixado recentemente o cargo de presidente da província de Minas Gerais, assumiu o Ministério da Educação e Saúde em 1934. Sua gestão ficou marcada por uma série de decretos promulgados a partir de 1942 conhecidos como Leis Orgânicas da Educação, ou mesmo Reforma Capanema (MEDEIROS, 2020, p. 843).

Com o início da recuperação da economia brasileira a partir do crescimento da indústria, uma característica marcante na formação profissional foi a presença do Estado como principal agente do processo, seja no planejamento, seja no investimento industrial. “[...] apoiar um Estado intervencionista, particularmente em vista da incapacidade dos empresários de lidarem

¹⁰ O Estado Novo foi a fase ditatorial da Era Vargas. Teve início em novembro de 1937, quando o presidente outorgou uma nova Constituição e decretou o fechamento do Congresso, e foi finalizado quando Vargas recebeu um ultimato dos militares e foi obrigado a renunciar à presidência, em outubro de 1945.

com as esferas-chave de sua atividade, tais como o controle da classe operária e a integração do mercado”, conforme Boschi (1979 *apud* AMORIM, 2013, p. 126).

Apesar da grande relevância das novas leis no âmbito da formação profissional, determinadas pelo novo ministro da Educação Gustavo Capanema, o ambiente entre o ministro e os grupos de empresários industriais brasileiros vinculados ao Ministério do Trabalho sofria discordâncias e tensões por desejarem a vinculação do ensino profissional em conformidade com a gestão de cada ministério.

O processo de constituição do ensino industrial brasileiro, já em andamento a partir de 1934, seria marcado por pressões e disputas, especialmente a que colocava em lados opostos o Ministro da Educação Gustavo Capanema que defendia a vinculação do ensino profissional ao sistema regular de ensino, sob o controle do seu ministério e os empresários industriais articulados por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, vinculados ao Ministério do Trabalho chefiado por Waldemar Falcão (ASSIS, COSTA; MEDEIROS NETA, 2021, p. 5).

Todavia, durante o governo Vargas (1930-1945) vale ressaltar que as ideias relativas à educação sempre estiveram direcionadas para a formação básica da mão de obra operária, seja no Governo Provisório ou no Estado Novo, invariavelmente como prioridade na solidificação do seu plano de governo desenvolvimentista, centralizador e autoritário.

Entre as intenções educacionais de Getúlio, o ensino profissional tinha absoluta primazia, prioridade que sempre defendeu e pela qual lutou. A bandeira do ensino profissional recebe destaque na maioria de seus pronunciamentos. Parece ter sido, em matéria de educação, o único ideal realmente abraçado por Vargas (CUNHA, 1981, p. 118).

Durante o Estado Novo (1937-1945), a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário. Em 1942, a partir do Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, é organizado o ensino industrial.

No mesmo ano é criado em convênio com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio do Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, quatro anos depois, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Decreto-lei n.º 8.621 de 10 de janeiro de 1946, dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Ainda em 1942, com o Decreto-lei n.º 4.244 de 9 de abril de 1942, é organizado o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos.

A Reforma Capanema organizou o ensino técnico profissional em três áreas da

economia, criando as seguintes Leis Orgânicas: ensino industrial (decreto-lei n. 4.073/42), ensino comercial (decreto-lei n. 6.141/43) e ensino agrícola (decreto-lei n. 9.613/46). Esses cursos continham dois ciclos: um fundamental, geralmente de quatro anos; e outro técnico, de três a quatro anos. Apesar da significância de se investir no nível técnico, essa reforma não conseguiu resolver os problemas sérios que surgiram nesse nível de ensino, pois havia falta de flexibilidade com o ensino secundário e restringia-se o acesso ao nível superior, uma vez que as Leis Orgânicas só permitiam tal acesso no ramo profissional correspondente (BATISTA, 2015, p. 37).

Essa estrutura educacional se dedica pela constituição de uma mão de obra mais qualificada, com uma aprendizagem básica em escolas controladas pelos empresários, no caso do SENAI, e pela constituição de uma parcela de técnicos de melhor formação, responsáveis por um importante trabalho de ligação entre os operários e os engenheiros no processo industrial.

No período do Estado Novo acontece outra reformulação na educação, a Reforma Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino (1942), em que o governo passa a engajar-se na profissionalização em nível técnico. No âmbito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a concepção adotada para as agora denominadas escolas técnicas é a de serem formadoras de uma elite de técnicos necessários para a indústria, com formação direcionada para sua disciplinarização, com vistas a paz social pretendida pelo Estado Novo, sem prescindir de princípios da racionalização científica (AMORIM, 2013, p. 129).

Como já expressado, no caso da educação profissional, os interesses da Era Vargas estão relacionados ao controle social, à intervenção estatal e à normatização dos trabalhadores nas indústrias emergentes da sociedade brasileira a partir de métodos científicos que se sustentavam no conhecimento técnico das ideias tayloristas, na sistematização do ensino profissional, com base na racionalização do trabalho, na disciplina e na ordem da classe pobre e operária.

Foi pensado e gestado no interior das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, sob as bases das idéias tayloristas; nos princípios técnicos, métodos de organização científica do trabalho, com o objetivo de acelerar a industrialização, tendo que disciplinar e controlar a classe operária. [...] Em casos de resistência, o Estado atuaria reprimindo e regulamentando leis que, indiretamente, levariam a cooptação, como ocorreu com as leis trabalhistas outorgadas por Vargas (BATISTA, 2013, p. 100).

Embora a segunda transformação na base educacional do governo de Vargas tenha especificamente o destaque na organização da formação profissional para os trabalhadores da indústria, os princípios dualista e elitista entre as classes abastadas e operárias se mantiveram.

A última reforma educacional da Era Vargas continuou a insistir no caráter dualista da educação brasileira, onde o ensino secundário continuava a ser voltado para classes privilegiadas, para formar uma elite intelectual que “conduziria” o país, preparatório para o curso superior, e o ensino técnico que contava com as modalidades comercial, industrial e agrícola, que praticamente não permitia entrada nos cursos superiores. Mantiveram-se, portanto, as bases elitistas da estrutura educacional (MEDEIROS, 2020, p. 844).

O projeto educacional no Governo Vargas movimentou e estruturalizou a base da educação em âmbito nacional, trouxe uma organização relativa às condições da sociedade

brasileira e ao projeto de sociedade moderna e industrializada, bem como ao projeto de homem vislumbrado pelo presidente da república Getúlio Vargas.

No que tange às duas grandes reformas que nortearam a educação brasileira nesse período, pode-se considerar a articulação das novas diligências às ideias tecnicistas advindas do exterior e legitimadas por um crescente grupo de empresários burgueses brasileiros a fim de predispor a formação básica das camadas populares no exercício fabril, mas também, promover o controle social através dos métodos como o da Organização Científica do Trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na estrutura econômica brasileira ao longo da década de 1930 foram muito significativas para as mudanças verificadas em relação ao ensino profissional. A realização desta pesquisa lança luz sobre um Brasil imerso no contexto de revoluções e estruturalização de uma sociedade, pautada nas ideias de modernismo e transformação social e econômica a partir da industrialização, analisando a relação entre os ditames do governo de Getúlio Vargas e a sociedade brasileira.

Os projetos educacionais da época situavam a educação dentro do projeto de desenvolvimento capitalista, principalmente se for levada em conta a implementação dos cursos técnicos profissionalizantes, que objetivava a formação de mão de obra qualificada para a crescente indústria, sendo esta, aliás, uma das características do sistema educacional da época: ensino secundário para as elites e ensino técnico para as classes menos favorecidas, fato que contribuiu para o desenvolvimento do sistema capitalista (MEDEIROS, 2020, p. 848).

Em razão disso, este estudo aponta que o plano de governo do Presidente Getúlio Vargas, tanto no Governo Provisório (1930-1934), com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) e a Reforma Francisco Campos para a regularidade nos eixos da educação brasileira, quanto no Estado Novo (1937-1945), com mais uma reforma educacional, a Reforma Capanema com enfoque na definição dos ciclos no ensino industrial, tinha o propósito de difundir modelos de gerenciamento do trabalho oriundos dos métodos internacionais do taylorismo para a estruturação desse campo no Brasil, baseado em concepções pedagógicas produtivistas e na pedagogia tecnicista, centradas na racionalidade, eficiência e produtividade.

Reflete-se ainda sobre o ordenamento dessas reformas, que deram base e propuseram o início de um desenvolvimento posterior de inúmeras ações da classe burguesa, dos industriais, no direcionamento da determinação dos rumos da sociedade brasileira e na sua hegemonia no interior do Brasil. Essa realidade atenta para a impossibilidade de encerrar todas as análises sobre a temática e convida também novos pesquisadores a empreenderem incursões no mundo da educação para o trabalho.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. L. Exigência para o desenvolvimento das nossas indústrias: o ensino técnico no contexto da lei orgânica do ensino industrial. **História da Educação** (on-line), v. 17, n. 41, p. 123-138, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321628477008>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: Teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

ASSIS, S. M.; COSTA, K. L. S.; MEDEIROS NETA, O. M. de. Roberto Mange, the creation of the Railroad Center for Professional Education and Selection (CFESP) and training for work in the 1930s and 1940s. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 13, p. e249101321383, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21383. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21383>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BATISTA, E. L. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/904185>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BATISTA, E. L. O Instituto de Organização Racional do Trabalho-IDORT, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 63, p. 33-44, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641170>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BELTRÃO, A. F. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cafe-1>. Acesso em: 09 Jun. 2022.

BOSCHI, R. R. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CIAVATTA, M. **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-a-historiografia-em-trabalho>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CUNHA, C. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

FONTANA, J. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251207>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FRAZÃO, D. Getúlio Vargas: Ex-presidente brasileiro. **E biografia**, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/getulio_vargas/. Acesso em: 10 mar. de 2022.

MEDEIROS, G. S. L. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, v. 14, n. 50, p. 835-853, maio 2020. ISSN: 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2481/3883>. Acesso em: 01 jun. 2022.



ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.